

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022	2023
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	3,75%	4,31%	1,65%	3,03%	3,42%	3,33%
VARIAÇÃO DO PIB	1,12%	1,10%	-5,79%	3,39%	2,50%	2,45%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	2,77%	2,81%	3,00%	0,00%	1,93%	1,64%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-8,39%	0,00%	1,27%	1,00%	0,75%	1,01%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	-0,11%	20,60%	0,86%	7,12%	9,53%	5,83%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	2,63%	3,70%	6,96%	1,00%	2,00%	3,32%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-0,51%	-2,43%	1,62%	3,00%	0,73%	1,78%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	0,00%	0,00%	2,36%	0,00%	0,58%	0,67%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,58%	0,67%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-56,87%	103,55%	134,89%	60,52%	99,65%	98,36%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	6,50%	4,90%	2,63%	2,25%	4,30%	5,41%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	3,65	3,94	5,12	5,03	4,78	4,75

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

DENISE RITTER POZZEBON
Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021
Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

CONTAS		ARRECADADA	ARRECADADA	ARRECADADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
CONSOLIDADAS ANUAIS		2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	21.089.237,29	22.083.941,10	23.678.873,31	23.780.204,37	26.265.352,91	27.697.505,17	29.377.588,31
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.261.778,02	1.321.848,63	1.665.685,15	1.611.010,25	1.787.085,18	2.024.251,56	2.213.670,16
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	265.420,56	298.602,99	329.283,18	371.605,84	388.241,89	439.765,97	480.916,91
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	820,62	834,88	2.324,76	1.585,62	1.837,60	2.081,47	2.276,24
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Demais Impostos	875.394,17	902.883,31	1.196.950,30	1.090.798,71	1.240.169,02	1.404.753,44	1.536.202,74
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	120.142,67	119.527,45	137.126,91	147.020,08	156.836,68	177.650,68	194.274,27
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	545.949,35	613.876,54	615.819,51	640.014,87	815.680,61	864.850,94	914.549,17
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais	476.690,80	520.918,33	541.732,17	555.298,42	720.900,00	764.378,28	808.187,21
1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	476.690,80	520.918,33	541.732,17	555.298,42	720.900,00	764.378,28	808.187,21
1.2.1.0.06.0.0.00.00.00	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.99.0.0.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.8.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	69.258,55	92.958,21	74.087,34	84.716,45	94.780,61	100.472,66	106.361,95
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	418.524,92	317.167,45	475.514,17	404.462,00	758.050,89	803.403,57	850.321,52
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7.152,44	7.840,21	7.346,89	2.914,30	6.654,77	6.882,36	7.111,54
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	301.372,48	309.327,24	468.167,28	401.547,70	751.396,12	796.521,21	843.209,98
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	28.962,40	13.565,09	8.626,16	9.186,48	11.862,04	12.574,41	13.311,47
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	94.687,95	50.233,27	47.451,56	30.607,87	48.534,08	51.448,80	54.464,51
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	177.722,13	245.528,88	412.089,56	361.753,35	691.000,00	732.498,01	775.434,00
1.3.2.1.00.5.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.00.0.0.00.00.00	Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	110.000,00	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	517.497,35	555.278,14	556.088,90	616.587,89	648.774,74	687.712,41	727.998,44
1.6.4.0.01.1.0.00.00.00 +	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Repasse para Programas de Desenv.Econômico	724,68	2.085,12	276,28	170,23	947,80	980,21	1.012,85
1.6.4.0.03.1.0.00.00.00	Demais Serviços	516.772,67	553.193,02	555.812,62	616.417,66	647.826,95	686.732,20	726.985,59
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	17.984.252,62	19.167.100,25	20.302.361,71	20.430.136,88	22.115.366,56	23.172.090,25	24.521.017,54
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	8.767.443,17	9.424.652,28	10.283.222,79	10.573.098,20	11.072.585,36	11.641.462,76	12.361.849,26
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	6.918.993,96	7.413.358,43	8.037.132,55	7.151.757,18	8.306.390,25	8.762.278,17	9.354.624,18
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	307.589,82	329.256,07	354.693,52	365.000,00	384.785,04	405.903,58	433.343,40
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	317.350,91	321.239,56	341.589,25	345.179,50	369.917,98	390.220,56	416.600,18
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.816,91	2.533,96	1.443,65	932,95	1.826,81	1.927,08	2.057,35
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	80.370,61	123.309,59	123.835,34	112.745,33	132.350,53	139.614,46	149.052,65
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	716.468,04	756.146,56	613.023,03	933.011,05	834.617,58	863.161,50	891.904,78
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	125.360,00	164.392,53	169.010,00	152.921,61	177.037,05	183.091,72	189.188,67
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	206.997,35	275.317,90	222.244,62	219.711,29	261.646,30	270.594,61	279.605,41
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	42.459,60	39.097,68	-	-	-	-	-
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	50.035,97	-	-	-	-	-	-
1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	-	-	420.250,83	1.291.839,29	604.013,81	624.671,09	645.472,63
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.464.840,95	7.789.935,03	8.021.689,73	7.819.186,79	8.844.581,63	9.211.792,44	9.683.593,74
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.858.506,75	7.026.255,04	7.277.278,89	7.059.319,14	8.002.000,49	8.335.822,28	8.766.793,48
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	322.271,27	445.049,16	419.872,29	425.885,96	483.803,36	503.986,32	530.042,97
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	103.764,98	102.859,84	107.908,81	93.841,42	114.242,70	119.008,59	125.161,47
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	16.333,13	12.916,84	7.698,99	6.500,00	10.251,29	10.678,95	11.231,06
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	14.136,85	15.062,69	15.129,72	6.273,86	13.390,34	13.848,29	14.309,44
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	85.236,49	129.241,03	130.058,85	191.609,03	163.078,62	168.655,91	174.272,15
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	64.591,48	58.550,43	58.258,62	27.793,15	53.037,69	54.851,58	56.678,14
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	-	5.483,56	7.964,23	4.777,13	4.940,51	5.105,03
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	1.000,00	-	-	-	-	-	-
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	1.750.968,50	1.952.334,64	1.997.199,54	2.036.851,89	2.197.692,19	2.318.310,33	2.475.032,35
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021
Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	178,30	249,65	1.000,00	507,37	524,72	542,20
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	361.235,03	108.670,09	63.403,87	77.992,48	140.394,92	145.196,43	150.031,47
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	32.263,77	32.279,83	1.000,00	4.000,00	13.955,92	14.433,21	14.913,84
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	288.514,85	48.403,92	60.198,87	43.992,48	55.566,05	57.466,40	59.380,04
1.9.2.2.01.2.0.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.00.0.0.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	288.514,85	48.403,92	60.198,87	43.992,48	55.566,05	57.466,40	59.380,04
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	40.456,41	27.986,34	2.205,00	30.000,00	70.872,96	73.296,81	75.737,60
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	-	-	-	30.000,00	60.000,00	62.052,00	64.118,33
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.1.0.00.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.2.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	40.456,41	27.986,34	2.205,00	-	10.872,96	11.244,81	11.619,27
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	750.377,69	868.403,72	1.713.836,85	3.340.593,84	1.851.243,56	1.961.870,74	2.076.311,27
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	296.265,02	257.512,73	666.666,66	1.334.000,00	-	-	-
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	-	161.840,00	-	-	-	-
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	-	161.840,00	-	-	-	-
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	2.512,95	8.108,12	755,31	675,53	1.000,00	1.034,20	1.068,64
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	414.042,01	579.092,80	863.069,96	1.996.000,00	1.830.000,00	1.939.900,65	2.053.609,58
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	414.042,01	579.092,80	863.069,96	1.996.000,00	1.830.000,00	1.939.900,65	2.053.609,58
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	37.557,71	23.690,07	21.504,92	9.918,31	20.243,56	20.935,89	21.633,06
2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	37.557,71	23.690,07	21.504,92	9.918,31	20.243,56	20.935,89	21.633,06
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	782.105,52	956.611,65	1.052.484,86	1.392.338,27	1.510.100,00	1.601.175,81	1.681.677,02
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	782.105,52	956.611,65	1.052.484,86	1.392.338,27	1.510.100,00	1.601.175,81	1.681.677,02
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - Outras	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	78.000,00	-	-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias - Outras	-	-	78.000,00	-	-	-	-
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	- 2.880.024,33	- 3.018.196,63	- 3.201.067,86	- 2.960.739,53	- 3.401.696,47	- 3.565.333,73	- 3.777.155,42
9.1.1.0.0.00.0.0.00.00	Deduções da Receita de Impostos (digitar com sinal negativo)	(23.625,23)	(9.974,96)	(30.896,53)	(14.392,26)	20.043,75	20.729,24	21.419,53
9.1.7.0.0.00.0.0.00.00	Deduções para o FUNDEB	(2.849.562,56)	(3.005.830,65)	(3.168.727,21)	(2.946.347,27)	(3.381.652,72)	(3.544.604,49)	(3.755.735,89)
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente (digitar com sinal negativo)	- 4.782,48	- 2.391,02	-	-	-	-	-
9.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)	- 2.054,06	-	- 1.444,12	-	-	-	-
	TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	19.741.696,17	20.890.759,84	23.322.127,16	25.552.396,95	26.225.000,00	27.695.217,99	29.358.421,18

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021
 Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	PAGA 2017	PAGA 2018	PAGA 2019	PAGA(Estlm) 2020	PROJETADO 2021	PROJETADO 2022	PROJETADO 2023
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	17.509.252,01	17.735.947,65	18.830.470,51	19.303.200,00	20.626.113,37	21.619.423,60	22.656.390,99
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.445.054,56	8.996.057,33	9.636.165,94	10.311.200,00	10.588.954,14	11.227.585,74	11.871.074,13
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	7.891.940,35	8.279.605,47	8.850.730,70	9.550.000,00	9.684.913,54	10.269.021,45	10.857.571,49
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	291.515,16	299.640,20	310.024,70	309.200,00	334.040,60	354.186,96	374.486,53
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	261.599,05	416.811,66	475.410,54	452.000,00	570.000,00	604.377,33	639.016,11
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	77.002,07	69.080,61	54.767,19	115.000,00	212.000,00	154.000,00	100.000,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	77.002,07	69.080,61	54.767,19	115.000,00	212.000,00	154.000,00	100.000,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.91.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.987.195,38	8.670.809,71	9.139.537,38	8.877.000,00	9.825.159,23	10.237.837,86	10.685.316,86
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	8.911.312,64	8.586.889,78	9.052.922,40	8.800.000,00	9.708.936,50	10.116.733,52	10.558.919,25
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	75.882,74	83.919,93	85.054,98	65.000,00	86.222,73	89.844,27	93.771,22
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	-	-	1.560,00	12.000,00	30.000,00	31.260,07	32.626,39
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.043.440,67	1.261.158,94	2.148.263,16	4.630.000,00	3.105.000,00	3.434.000,00	3.922.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.837.783,00	882.048,56	1.843.097,46	4.253.000,00	2.387.000,00	2.852.000,00	3.340.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executvi / Indiretas	1.835.233,00	879.018,56	1.762.997,46	4.250.000,00	2.377.000,00	2.832.000,00	3.330.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	2.550,00	3.030,00	2.100,00	3.000,00	10.000,00	20.000,00	10.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS			78.000,00	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executvi / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	205.657,67	379.110,38	305.165,70	377.000,00	718.000,00	582.000,00	582.000,00
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	205.657,67	379.110,38	305.165,70	377.000,00	718.000,00	582.000,00	582.000,00
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA - SEM RPPS					111.886,64	117.327,69	122.256,13
9.9.99.99.99.99.02	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA DO RPPS					2.382.000,00	2.524.466,70	2.657.774,06
	TOTAL DAS DESPESAS	19.552.692,68	18.997.106,59	20.978.733,67	23.933.200,00	26.225.000,00	27.695.217,99	29.358.421,18

DENISE RITTER POZZEBON
 Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
 Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
 Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021
Tabela 03 - Evolução e Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 06/2019, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	23.678.873,31	23.780.204,37	26.265.352,91	27.697.505,17	29.377.588,31
II - DEDUÇÕES	4.485.053,41	4.280.982,76	5.263.675,96	5.566.109,46	5.908.088,11
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	331.607,94	373.191,46	390.079,49	441.847,44	483.193,15
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	541.732,17	555.298,42	720.900,00	764.378,28	808.187,21
Compensação Financeira entre Regimes	-	30.000,00	60.000,00	62.052,00	64.118,33
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	412.089,56	361.753,35	691.000,00	732.498,01	775.434,00
Deduções da Receita Corrente	3.199.623,74	2.960.739,53	3.401.696,47	3.565.333,73	3.777.155,42
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	1.171.527,67	909.495,38	1.183.960,53	1.226.294,16	1.280.703,54
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	20.365.347,57	20.408.716,99	22.185.637,48	23.357.689,86	24.750.203,74

DENISE RITTER POZZEBON
 Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
 Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
 Prefeito Municipal

Município de : Imigrante

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2021

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2021 a 2023

PODER EXECUTIVO	2021	2022	2023
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	11.980.244,24	12.613.152,53	13.365.110,02
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	11.381.232,03	11.982.494,90	12.696.854,52
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	10.782.219,81	11.351.837,27	12.028.599,02

PODER LEGISLATIVO	2021	2022	2023
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.331.138,25	1.401.461,39	1.485.012,22
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.264.581,34	1.331.388,32	1.410.761,61
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.198.024,42	1.261.315,25	1.336.511,00

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Município de : Imigrante

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2021

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2021 a 2023

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

DENISE RITTER POZZEBON
Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021
TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.027.250,24	2.041.183,79	2.997.000,00	2.279.000,00	1.697.000,00	1.115.000,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	2.027.250,24	2.041.183,79	2.997.000,00	2.279.000,00	1.697.000,00	1.115.000,00
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	2.219.406,22	2.920.044,37	2.417.200,00	2.518.883,53	2.618.709,30	2.518.264,28
Disponibilidade da Caixa Bruta	2.246.022,29	3.074.414,47	2.500.000,00	2.606.812,25	2.727.075,57	2.611.295,94
(-) Restos a Pagar Processados	75.326,90	202.325,62	130.000,00	135.884,17	156.069,93	140.651,37
Demais Haveres Financeiros	48.710,83	47.955,52	47.200,00	47.955,45	47.703,66	47.619,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(192.155,98)	(878.860,58)	579.800,00	(239.883,53)	(921.709,30)	(1.403.264,28)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida						Valores em R\$
Operações de Crédito / Pagamentos	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	257.512,73	666.666,66	1.334.000,00	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	69.080,61	54.767,19	115.000,00	212.000,00	154.000,00	100.000,00
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	379.110,38	305.165,70	377.000,00	718.000,00	582.000,00	582.000,00

Fonte: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos ee Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	62.710,09	90.491,27	50.000,00	69.257,80	72.922,76	67.525,84
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	270.307,22	430.455,68	362.000,00	362.225,02	401.443,99	395.522,57
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	333.017	520.947	412.000	431.483	474.367	463.048

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2018 Saldo	2019 Saldo	2020 Saldo	2021 Projeção	2022 Projeção	2023 Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	67.294,25	46.642,96	110.000,00	188.000,00	125.000,00	66.000,00
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	67.294	46.643	110.000	188.000	125.000	66.000
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX)	1.050.232,37	967.775,06	- 725.453,09	- 1.110.204,66	- 1.335.280,58	- 1.469.553,14

DENISE RITTER POZZEBON
Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a /RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (B /RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	PIB PIB) x 100	% RCL (b /RCL) x 100
Receita Total	26.225.000,00	25.453.751,34		118,21%	27.695.217,99	25.991.811,85		118,57%	29.358.421,18	26.664.781,79		118,62%
Receitas Primárias (I)	23.941.312,52	23.237.224,62		107,91%	25.274.570,66	23.720.047,46		108,21%	26.809.819,63	24.350.014,80		108,32%
Despesa Total	26.225.000,00	25.453.751,34		118,21%	27.695.217,99	25.991.811,85		118,57%	29.358.421,18	26.664.781,79		118,62%
Despesas Primárias (II)	25.295.000,00	24.551.101,62		114,02%	26.959.217,99	25.301.079,84		115,42%	28.676.421,18	26.045.355,39		115,86%
Resultado Primário (I – II)	- 1.353.687,48	- 1.313.877,01		-6,10%	- 1.684.647,33	- 1.581.032,38		-7,21%	- 1.866.601,55	- 1.695.340,58		-7,54%
Resultado Nominal	- 1.110.204,66	- 1.077.554,75		-5,00%	- 1.335.280,58	- 1.253.153,58		-5,72%	- 1.469.553,14	- 1.334.721,42		-5,94%
Dívida Pública Consolidada	2.279.000,00	2.211.977,09		10,27%	1.697.000,00	1.592.625,29		7,27%	1.115.000,00	1.012.698,59		4,51%
Dívida Consolidada Líquida	- 239.883,53	- 232.828,82		-1,08%	- 921.709,30	- 865.019,18		-3,95%	- 1.403.264,28	- 1.274.514,58		-5,67%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-		0,00%	-	-		0,00%	-	-		0,00%

Fonte: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do Item 03.06.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores projetados da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias.
- 4 – o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comparação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2017, 2018 e 2019) e os valores reestimados para o exercício atual (2020), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2021

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 3,39%, 2,50% e 2,45% e das taxas de inflação (IPCA), de 3,03%, 3,42% e 3,33%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 08/2020.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 286/2019 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2021. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na **Tabela 06**.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2021, 2022 e 2023, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 2,25%, 4,30% e 5,41%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 08/2020.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2020, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2021, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 26.225.000,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 772.587,47), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Alienações de Investimentos (R\$ 0,00), das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 1.000,00) e das receitas intraorçamentárias (R\$ 1.510.100,00) resultam numa Receita Primária de R\$ 23.941.312,52.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 26.225.000,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 212.000,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 718.000,00, tem-se que as despesas primárias para 2021 foram previstas em R\$ 25.295.000,00. **A tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2021 que foi inicialmente prevista em R\$ (1.353.687,48) a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05**.

DENISE RITTER POZZEBON
Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	2.982.000,00	2.894.302,63	Preenchimento Opcional Cfe 10ª Edição do MDF	3.160.104,10	2.965.740,55	Preenchimento Opcional Cfe 10ª Edição do MDF	3.329.416,56	3.023.942,11	Preenchimento Opcional Cfe 10ª Edição do MDF
Receitas Primárias RPPS (I)	2.291.000,00	2.223.624,19		2.427.606,09	2.278.295,15		2.553.982,56	2.319.654,29	
Despesa Total RPPS	2.982.000,00	2.894.302,63		3.160.104,10	2.965.740,55		3.329.416,56	3.023.942,11	
Despesas Primárias RPPS (II)	2.982.000,00	2.894.302,63		3.160.104,10	2.965.740,55		3.329.416,56	3.023.942,11	
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 691.000,00	- 670.678,44		- 732.498,01	- 687.445,40		- 775.434,00	- 704.287,82	

Fonte: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

DENISE RITTER POZZEBON
 Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
 Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
 Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em	% PIB	% RCL	Variação	
	2019 (a)			2019 (b)			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	22.450.000,00	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	110,24%	22.191.642,30	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	108,97%	- 258.357,70	-1,15%
Receita Primárias (I)	21.154.411,02		103,87%	20.894.213,05		102,60%	- 260.197,97	-1,23%
Despesa Total	22.450.000,00		110,24%	20.900.733,67		102,63%	- 1.549.266,33	-6,90%
Despesa Primárias (II)	20.692.690,15		101,61%	20.540.800,78		100,86%	- 151.889,37	-0,73%
Resultado Primário (I-II)	461.720,87		2,27%	353.412,27		1,74%	- 108.308,60	-23,46%
Resultado Nominal	687.210,91		3,37%	686.704,60		3,37%	- 506,31	-0,07%
Dívida Pública Consolidada	1.773.768,96		8,71%	2.041.183,79		10,02%	267.414,83	15,08%
Dívida Consolidada Líquida	- 97.455,80		-0,48%	- 878.860,58		-4,32%	- 781.404,78	801,80%

FONTE: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2018), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

DENISE RITTER POZZEBON
 Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
 Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
 Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2021

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação%	2023	Variação %
Receita Total	20.915.800,00	22.450.000,00	7,34%	26.615.000,00	18,55%	26.225.000,00	-1,47%	27.695.217,99	5,61%	29.358.421,18	6,01%
Receitas Primárias (I)	20.237.800,00	21.154.411,02	4,53%	23.769.923,99	12,36%	23.941.312,52	0,72%	25.274.570,66	5,57%	26.809.819,63	6,07%
Despesa Total	20.915.800,00	22.450.000,00	7,34%	26.615.000,00	18,55%	26.225.000,00	-1,47%	27.695.217,99	5,61%	29.358.421,18	6,01%
Despesas Primárias (II)	20.565.800,00	20.692.690,15	0,62%	24.615.802,33	18,96%	25.295.000,00	2,76%	26.959.217,99	6,58%	28.676.421,18	6,37%
Resultado Primário (I – II)	- 328.000,00	461.720,87	-240,77%	- 845.878,34	-283,20%	- 1.353.687,48	60,03%	- 1.684.647,33	24,45%	- 1.866.601,55	10,80%
Resultado Nominal	- 215.706,00	687.210,91	-418,59%	- 640.715,44	-193,23%	- 1.110.204,66	73,28%	- 1.335.280,58	20,27%	- 1.469.553,14	10,06%
Dívida Pública Consolidada	613.894,00	2.127.924,37	246,63%	2.170.723,65	2,01%	2.279.000,00	4,99%	1.697.000,00	-25,54%	1.115.000,00	-34,30%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.060.706,00	- 29.965,63	-97,17%	176.638,83	-689,47%	- 239.883,53	-235,80%	- 921.709,30	284,23%	- 1.403.264,28	52,25%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %
Receita Total	22.177.255,95	22.820.425,00	2,90%	26.615.000,00	16,63%	25.453.751,34	-4,36%	25.991.811,85	2,11%	26.664.781,79	2,59%
Receitas Primárias (I)	21.458.364,99	21.503.458,80	0,21%	23.769.923,99	10,54%	23.237.224,62	-2,24%	23.720.047,46	2,08%	24.350.014,80	2,66%
Despesa Total	22.177.255,95	22.820.425,00	2,90%	26.615.000,00	16,63%	25.453.751,34	-4,36%	25.991.811,85	2,11%	26.664.781,79	2,59%
Despesas Primárias (II)	21.806.147,05	21.034.119,54	-3,54%	24.615.802,33	17,03%	24.551.101,62	-0,26%	25.301.079,84	3,05%	26.045.355,39	2,94%
Resultado Primário (I – II)	- 347.782,06	469.339,26	-234,95%	- 845.878,34	-280,23%	- 1.313.877,01	55,33%	- 1.581.032,38	20,33%	- 1.695.340,58	7,23%
Resultado Nominal	- 228.715,48	698.549,89	-405,42%	- 640.715,44	-191,72%	- 1.077.554,75	68,18%	- 1.253.153,58	16,30%	- 1.334.721,42	6,51%
Dívida Pública Consolidada	650.918,65	2.163.035,12	232,30%	2.170.723,65	0,36%	2.211.977,09	1,90%	1.592.625,29	-28,00%	1.012.698,59	-36,41%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.124.678,40	- 30.460,06	-97,29%	176.638,83	-679,90%	- 232.828,82	-231,81%	- 865.019,18	271,53%	- 1.274.514,58	47,34%

Fonte: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2021), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2018, 2019 e 2020), bem como para os dois seguintes (2022 e 2023), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2018, 2019 e 2020 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

DENISE RITTER POZZEBON
Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	24.398.824,93	93,32%	23.790.658,93	97,51%	25.153.650,09	105,73%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	1.745.900,76	6,68%	608.166,00	2,49%	(1.362.991,16)	-5,73%
TOTAL	26.144.725,69	100,00%	24.398.824,93	100,00%	23.790.658,93	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	2.777.317,65	-	2.707.605,37	97,49%	1.062.902,55	39,26%
Reservas		-		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(2.777.317,65)	-	69.712,28	2,51%	1.644.702,82	60,74%
TOTAL	-	-	2.777.317,65	100,00%	2.707.605,37	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	27.176.142,58	103,95%	26.498.264,30	97,51%	26.216.552,64	98,94%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(1.031.416,89)	-3,95%	677.878,28	2,49%	281.711,66	1,06%
TOTAL	26.144.725,69	100,00%	27.176.142,58	100,00%	26.498.264,30	100,00%

Fonte: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LD O (2017, 2018 e 2019), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência na variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 2.004/2014, está sobre a gestão do Fundo de Previdência Social do Município de Imigrante, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2017 a 2019, aponta que o saldo patrimonial decresceu de R\$ 26.498.264,30 em 31.12.2017 para R\$ 26.144.725,69 em 31.12.2019.

DENISE RITTER POZZEBON
 Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
 Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
 Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2019	2018	2017
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2017			-
RECEITAS DE CAPITAL	239.840,00	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	239.840,00	-	-
Alienação de Bens Móveis	239.840,00	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	1.582,32	-	-
TOTAL	241.422,32	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2019	2018	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	156.764,71	-	-
Investimentos	156.764,71	-	-
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	51.741,80	-	-
Regime Geral de Previdência Social	24.658,21		
Regime Próprio dos Servidores Públicos	27.083,59		
TOTAL	208.506,51	-	-
SALDO FINANCEIRO	32.915,81	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2017, 2018 e 2019).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

DENISE RITTER POZZEBON
 Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
 Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
 Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2019	2018	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	2.006.306,59	1.723.058,86	1.436.518,45
Receita de Contribuições dos Segurados	541.732,17	520.918,33	476.690,80
Civil			
Ativo	541.732,17	520.918,33	476.690,80
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	1.052.484,86	956.611,65	782.105,52
Civil			
Ativo	978.563,37	893.609,77	774.403,58
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos	73.921,49	63.001,88	7.701,94
Receita Patrimonial	412.089,56	245.528,88	177.722,13
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	412.089,56	245.528,88	177.722,13
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	2.006.306,59	1.723.058,86	1.436.518,45

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2018	2017
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes	5.532,78		
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias	299.235,65	225.524,28	159.817,53
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários	172.202,11	191.287,38	101.781,52
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	476.970,54	416.811,66	261.599,05
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.529.336,05	1.306.247,20	1.174.919,40
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
VALOR	1.269.000,00	1.138.000,00	1.148.800,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	2019	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações	5.073.405,20	3.544.069,15	2.237.821,95
Outro Bens e Direitos			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício)
2019	1.995.749,37	466.413,34	1.529.336,03	5.073.405,20
2020	2.411.227,24	695.792,33	1.715.434,91	6.788.840,11
2021	2.640.695,43	877.940,05	1.762.755,37	8.551.595,48
2022	2.730.601,90	748.178,32	1.982.423,58	10.534.019,06
2023	2.921.726,55	807.402,54	2.114.324,02	12.648.343,08
2024	3.199.205,04	1.034.686,35	2.164.518,69	14.812.861,77
2025	3.466.371,63	1.230.482,12	2.235.889,51	17.048.751,28
2026	3.703.228,04	1.348.489,60	2.354.738,44	19.403.489,72
2027	3.991.840,18	1.560.854,96	2.430.985,23	21.834.474,95
2028	4.227.714,47	1.645.908,18	2.581.806,30	24.416.281,24
2029	4.475.436,39	1.734.256,87	2.741.179,52	27.157.460,76
2030	4.757.707,31	1.874.066,10	2.883.641,21	30.041.101,97
2031	5.097.931,35	2.118.348,21	2.979.583,14	33.020.685,12
2032	5.427.177,29	2.323.246,67	3.103.930,62	36.124.615,73
2033	5.765.581,97	2.588.904,88	3.176.677,09	39.301.292,82
2034	6.133.940,34	2.972.642,71	3.161.297,62	42.462.590,45
2035	6.489.104,35	3.210.815,09	3.278.289,25	45.740.879,70
2036	6.785.123,69	3.291.727,63	3.493.396,06	49.234.275,76
2037	7.280.729,77	3.775.064,84	3.505.664,94	52.739.940,70
2038	7.734.972,32	4.163.393,17	3.571.579,14	56.311.519,84
2039	8.092.099,42	4.328.427,73	3.763.671,69	60.075.191,53
2040	8.550.100,49	4.684.032,12	3.866.068,37	63.941.259,90
2041	9.081.084,39	5.181.180,49	3.899.903,90	67.841.163,80
2042	9.626.028,37	5.700.410,60	3.925.617,77	71.766.781,57
2043	10.123.759,51	6.109.700,08	4.014.059,43	75.780.841,00
2044	10.667.802,06	6.604.081,07	4.063.720,98	79.844.561,98
2045	11.001.658,21	6.630.905,90	4.370.752,31	84.215.314,29
2046	11.354.586,85	6.654.888,84	4.699.698,01	88.915.012,30

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

2047	11.930.355,38	7.116.036,86	4.814.318,52	93.729.330,82
2048	12.281.630,27	7.069.731,26	5.211.899,01	98.941.229,83
2049	12.868.527,72	7.479.204,08	5.389.323,64	104.330.553,47
2050	13.402.937,09	7.746.728,27	5.656.208,82	109.986.762,29
2051	13.996.872,88	8.104.026,35	5.892.846,53	115.879.608,83
2052	14.613.300,77	8.474.412,77	6.138.887,99	122.018.496,82
2053	15.253.041,32	8.858.320,29	6.394.721,03	128.413.217,85
2054	15.916.946,04	9.256.195,15	6.660.750,90	135.073.968,75
2055	15.426.556,09	9.578.974,39	5.847.581,69	140.921.550,44
2056	16.046.365,14	10.003.922,76	6.042.442,38	146.963.992,82
2057	16.600.206,70	10.256.021,62	6.344.185,08	153.308.177,91
2058	17.265.719,47	10.707.399,48	6.558.319,99	159.866.497,90
2059	17.908.004,04	11.076.119,87	6.831.884,17	166.698.382,07
2060	18.620.755,82	11.558.010,20	7.062.745,62	173.761.127,69
2061	19.309.528,50	11.953.213,04	7.356.315,46	181.117.443,15
2062	20.072.816,20	12.467.554,60	7.605.261,59	188.722.704,74
2063	20.811.370,27	12.890.982,59	7.920.387,68	196.643.092,42
2064	21.577.210,69	13.327.833,96	8.249.376,73	204.892.469,15
2065	22.371.412,29	13.778.516,34	8.592.895,95	213.485.365,09
2066	23.195.096,88	14.243.449,41	8.951.647,46	222.437.012,55
2067	24.049.435,49	14.723.065,20	9.326.370,29	231.763.382,84
2068	24.935.650,85	15.217.808,47	9.717.842,38	241.481.225,22
2069	18.620.076,83	15.728.137,05	2.891.939,77	244.373.165,00
2070	18.897.699,54	16.254.522,29	2.643.177,25	247.016.342,25
2071	19.163.019,97	16.930.762,43	2.232.257,55	249.248.599,79
2072	19.406.374,82	17.494.090,22	1.912.284,60	251.160.884,39
2073	19.633.288,66	17.934.941,29	1.698.347,37	252.859.231,76
2074	19.850.193,12	18.530.549,48	1.319.643,63	254.178.875,39
2075	20.047.273,44	18.997.519,33	1.049.754,11	255.228.629,51
2076	20.231.131,52	19.627.235,55	603.895,97	255.832.525,48
2077	20.391.284,11	20.431.408,69	-40.124,58	255.792.400,90
2078	20.515.918,21	20.946.280,19	-430.361,97	255.362.038,92
2079	20.620.339,52	21.636.809,22	-1.016.469,70	254.345.569,22
2080	20.692.876,50	22.515.621,58	-1.822.745,09	252.522.824,14
2081	20.720.401,78	23.083.015,24	-2.362.613,47	250.160.210,67
2082	20.718.984,58	23.664.707,23	-2.945.722,64	247.214.488,03
2083	20.686.117,40	24.440.769,39	-3.754.651,99	243.459.836,03

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")	R\$ 1,00			
2084	20.608.340,13	25.056.676,78	-4.448.336,65	239.011.499,39
2085	20.492.658,83	25.876.988,16	-5.384.329,33	233.627.170,06
2086	20.324.628,69	26.529.088,26	-6.204.459,57	227.422.710,49
2087	20.111.297,47	27.396.144,07	-7.284.846,59	220.137.863,89
2088	19.837.148,24	28.290.052,46	-8.452.904,22	211.684.959,67
2089	19.497.021,67	29.211.616,18	-9.714.594,51	201.970.365,16
2090	19.085.403,29	29.947.748,91	-10.862.345,62	191.108.019,54
2091	18.609.235,52	30.921.735,27	-12.312.499,75	178.795.519,80
2092	17.156.505,35	31.700.962,99	-14.544.457,65	164.251.062,15
2093	16.541.093,52	32.499.827,26	-15.958.733,74	148.292.328,41

FONTE: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2017, 2018 e 2019; e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre dos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das disponibilidades financeiras e investimentos do RPPS, representado pelas disponibilidades em Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos e Aplicações e outros bens e direitos, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

DENISE RITTER POZZEBON
Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
			-	-	-	
TOTAL			-	-	-	

Fonte: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Obs.: O Município não tem previsão de ações que configurem renúncia de receita no período em análise.

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

DENISE RITTER POZZEBON
Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSON KAPLAN
Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2021
Aumento Permanente da Receita	794.680,63
Decorrente de Receitas Tributárias	96.937,04
Decorrente de Transferências Correntes	697.743,59
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(287.240,00)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	507.440,63
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	507.440,63
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	308.951,24
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(203.790,26)
Relativas a Outras Despesas Correntes	512.741,50
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	198.489,38

Fonte: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2021 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2020-2021

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2020, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2020-2021 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 16 da LDO.

DENISE RITTER POZZEBON
 Contadora CRC/RS 56.383

EMILIANO ROMAGNA
 Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
 Prefeito Municipal

Município de : Imigrante
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2021

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	11.504,61	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	11.504,61
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	-		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	11.504,61	SUBTOTAL	11.504,61
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	11.504,61	TOTAL	11.504,61

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

RAFAEL COIMBRA GONÇALVES
Advogado

EMILIANO ROMAGNA
Sec. Mun. de Adm. Planej. e Finanças

CELSO KAPLAN
Prefeito Municipal